

O lado clandestino da cidade brasileira. Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos

Jorge P. Santiago*

Resumo: Trata-se de estudar neste artigo, a partir do advento do urbano no Brasil, na virada do século XIX para o século XX, as tensões ligadas à presença e às práticas dos atores populares e/ou à margem em certos espaços e lugares da cidade. Isto considerando a existência, ou ausência, de olhares da historiografia sobre tais situações conflituosas e nas quais a dimensão étnica é frequentemente presente; situações que são indissociáveis das incidências deste advento do urbano. Entre estas, a reivindicação de novos espaços de pertencimento, assim como os processos de desagregação e de recomposição dos laços sociais e identitários tal qual eles se manifestam no urbano.

Résumé : Il s'agit d'étudier dans cet article, les tensions liées à la présence et aux pratiques des acteurs populaires (et/ou en marge) dans certains espaces et lieux de la ville, à partir de l'avènement de l'urbain au Brésil, survenu au tournant du XIX^e et du XX^e siècle. Cette étude examine l'existence ou l'absence des regards portés par l'historiographie sur de telles situations conflictuelles, qui sont indissociables des incidences de cet avènement de l'urbain, et dans lesquelles la dimension ethnique est fréquemment présente. Parmi celles-ci, on note la revendication de nouveaux espaces d'appartenance ainsi que les processus de désagrégation et de recomposition des liens sociaux et identitaires tels qu'ils se manifestent dans l'urbain.

Palavras chave: *Cidade. Etnicidade. Conflito. Identidades. Brasil.*
Mots clés : *Ville. Ethnicité. Conflit. Identités. Brésil.*

A CIDADE ENQUANTO LUGAR de reestruturações permanentes e de observação dos conflitos, das tensões sociais, das sociabilidades, dos processos de construção e reconstrução de identidades está na base da análise aqui proposta. Isso implica a apreensão de dynamiques que englobam necessariamente conotações particulares ao se evocarem países escravistas e de populações mestiças (Santiago, 1998b; Santiago, Hébrard, 1998c). Populações, mas também diferentes categorias sociais e mesmo étnicas que, precisamente, dentro do sistema de representação das elites então dirigentes, configuram a antítese do desejado modelo de modernidade e civilização urbana.

Para alguns pesquisadores a componente “étnica” nas relações sociais na América Latina relevaria sobretudo a “influência”, sobre certos grupos ou comunidades, do discurso elaborado na esfera erudita (Hoffmann, 2002), primeiramente aquela dos juristas e dos políticos, em seguida dos cientistas (sociólogos, etnólogos, antropólogos). No entanto, no caso do Brasil, pode-se constatar que certos conflitos, certas tensões pondo em relevo o racial ou o étnico (e às vezes reivindicados como tais) são anteriores a tais influências. Além disso, um dos recentes postulados das ciências humanas e sociais não propõe que é preciso parar de considerar que as classes subalternas, as classes operárias, os pobres, as camadas populares, os excluídos, necessitam do discurso erudito para construir suas representações e suas visões de mundo?

* Université Blaise Pascal – Clermont II.

Ao se trabalhar sobre a recepção do advento do urbano na cidade brasileira, constata-se efetivamente a existência de tensões ligadas à presença e às práticas dos atores das camadas populares e/ou à margem de certos espaços e lugares de sociabilidade. Tensões que, acumuladas, criam verdadeiras situações conflituosas nas quais a dimensão racial, mais tarde dita étnica, está freqüentemente presente, sendo conveniente examinar tal dimensão relacionando-a com certos incidentes do advento do urbano na virada do século XIX para o século XX. Entre essas incidências, parece-me importante privilegiar a reivindicação de novos espaços de pertencimento, bem como os processos de desagregação e de recomposição dos laços sociais e identitários tal como eles se manifestam nesse momento do urbano. Além disso, o referido advento deve ser considerado como um processo não somente de ocupação e de uso do espaço, mas também de instalação de regras, de códigos e práticas sociais que se instauram com a nova cultura urbana. Esta última é necessariamente detentora de conflitos, de violências concretas e simbólicas que, por sua vez, geram diferentes formas de tensões, evidenciando jogos de relações sociais específicos (Roncayolo, 1990; Musset, 1997)¹. Nesse sentido, a noção de cidade repousa, certo, em um determinado número de elementos arquiteturais, políticos e culturais, mas também em sua componente racial ou étnica.

Em apoio a essa reflexão estão as observações obtidas em meus próprios trabalhos. De uma parte, a pesquisa realizada em 1998, sobre a rua como espaço de renegociação das hierarquias e dos conflitos presentes na cidade brasileira (Santiago, 1998); de outra parte, um estudo em curso sobre as fronteiras simbólicas da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, fundado na análise da obra do escritor brasileiro Lima Barreto² articulada com uma busca de traços e da memória dessas fronteiras no contemporâneo (nos arquivos e através do trabalho de campo). Em um e outro caso, privilegiei o estudo do cotidiano da vida sócio-cultural urbana, incluindo-se observações nas suas dimensões mais ordinárias, às vezes nos espaços à margem dos quais certas práticas são freqüentemente negligenciadas. Neste sentido, os etnotextos coletados, mais que fornecer algumas chaves e inícios de explicação, me permitiram apreender mais de perto como, nos processos de construção identitária, a relação entre identidade e memória é imediata (Ricoeur, 2000)³. Assim, note-se que em diversas ocasiões, no curso dessas enquetes, a componente étnica encontrou-se “evocada” pelos atores do passado, mas também por aqueles do presente para lembrar ou explicar situações observadas ou experiências vividas nos diferentes espaços da cidade.

OS HISTORIADORES E A CIDADE SEM CONFLITOS ÉTNICOS

O estudo da cidade no Brasil permite constatar que, mesmo sendo apreensíveis, a noção de conflito ou as problemáticas concernentes à existência de conflitos na cidade, particularmente aqueles de ordem étnica, estão freqüentemente ausentes das análises que tratam desse período de modernização técnica e de instalação efetiva da cultura urbana brasileira. Identificam-se e caracterizam-se “problemas sociais”, todavia, dentre estes, alguns não são problematizados enquanto conflitos, sendo as formas de exclusão e tensões relevadas do inter-étnico correlacionadas com o contexto político no qual a cidade está implicada. Em conseqüência, a dimensão étnica dos conflitos urbanos do fim do século XIX, e igualmente das primeiras décadas do século XX, é raramente considerada enquanto componente maior do viver na cidade para uma grande parte da população, em particular, as antigas popu-

lações rurais, os escravos libertos, os índios das periferias das cidades em algumas regiões e, de maneira geral, as novas classes trabalhadoras urbanas.

Tal constatação pode ser relacionada com o fato de que estamos frente a uma cultura política elaborada pelas elites desde a época colonial. Uma cultura política que valorizava a conciliação, a harmonia de classes e o respeito à hierarquia. Do mesmo modo, a violência não devia manifestar-se na esfera política, sobretudo num momento em que a poderosa instituição do patronato brasileiro difundia-se na sociedade, no seio de uma população heterogênea. Através do paternalismo e do clientelismo, tanto urbano quanto rural, fortes laços verticais que ligavam pessoas de diferentes níveis sociais foram estabelecidos, tendo como consequência um certo silêncio sobre diferentes conflitos e o fato de que solidariedades horizontais, e mesmo as possibilidades de formação de organizações autônomas nas camadas populares, foram restringidas e/ou postas numa certa clandestinidade (Leal, 1948; Queiroz, 1969). Nesse sentido, o trabalho de J. E. Hahner sobre os pobres urbanos no Brasil (Hahner, 1993) é bem esclarecedor. A partir da análise de uma certa tradição historiográfica que dá à história do país uma aparência de calma, ou mesmo de monotonia, “sem descrever o passado em termos de guerras e de revoluções, de conflitos ideológicos ou de movimentos de massas”, Hahner mostra que o esquema é mais complexo e os eventos menos pacíficos que parecem à primeira vista. Embora essa aparência de calma contraponha-se o estudo, ainda que mais antigo (1976), de B. Fausto, que relaciona o trabalho urbano e o conflito social (Fausto, 1976). Aliás, outros trabalhos indicam que os protestos populares, como a violência individual e não organizada, surgem nas cidades e não somente nos sertões do Brasil (Chalhoub, 1986; Carvalho, 1991).

De fato, nesse momento do urbano brasileiro desenham-se exclusões (individuais e coletivas), clivagens de caráter étnico, bem como novas modalidades de relação ao Outro que participam da “construção” de espaços de indesejáveis no próprio interior da cidade e não forçosamente em suas periferias. Espaços que vão de certo modo constituir uma cidade clandestina, na medida em que, em função do pertencimento étnico dos atores, esta é habitada por uma população de não-cidadãos e/ou por cidadãos de segunda categoria. Ora, conflitos concretos que implicam diretamente o étnico são pouco evocados, não sendo, no entanto, um meio menor de apreender essa redefinição da ocupação dos espaços da cidade e, assim, das relações sociais que nela se tecem. Efetivamente, os conflitos de caráter étnico (anteriormente ditos de caráter racial), bem como as circunstâncias conflituosas vividas pelos atores para reabilitar as lógicas de situações nas quais se inserem e para explicitar os diversos níveis de hierarquização que caracterizam as relações sociais, não são postos em primeiro plano, a maior parte dos estudos deixando tais questões em completo silêncio.

Todavia, para empreender um balanço preliminar, convém não negligenciar as condições em que o conceito d’*ethnicity* surge nas ciências sociais americanas durante os anos 1970. Convém também analisar como tal noção se construiu no quadro dos debates mais antigos sobre a noção de etnia e suas relações com as de raça e de nação. Isso pressupõe igualmente considerar essas categorias a partir de um questionamento da noção de grupo étnico, tal qual esta era tradicionalmente empregada em sociologia, em antropologia, mas também em história, a fim de melhor problematizar a noção de etnicidade a partir dos elementos fundadores da especificidade e emergência das identidades étnicas. Ph. Poutignat e J. Streiff-Fenart acentuam assim que, salvo raríssimas exceções, nota-se a voga passageira do termo “etnia” ao longo dos

anos 1960, o termo etnicidade só realmente se impondo nas ciências sociais americanas a partir dessa década, período no qual o termo conhece um sucesso crescente, comprovado por uma bibliografia bastante expressiva (Raveau, 1976; Michaud, 1978; Poutignat, Streiff-Fenart, 1995).

Observemos que a emergência desse conceito é correlativa à aparição, no fim dos 1960, de conflitos, qualificados como “étnicos”, que surgem de maneira simultânea nas sociedades industriais e nas sociedades do Terceiro Mundo e se produzem tanto nas ditas nações pluri-étnicas quanto naquelas supostas culturalmente homogêneas. E se o conceito de etnicidade se impõe durante o período é precisamente porque ele permite mostrar o que têm em comum os fenômenos nos quais os grupos se opõem em nome de seu pertencimento étnico. Trata-se então de levar em conta o fato de que um novo elemento aparece nos jogos de relações sociais e que faz do pertencimento étnico “uma realidade onipresente” no mundo contemporâneo (Cohen, 1981). Aliás, no início dos anos 1990, analisando os processos de advento da nação na América Latina, François-Xavier Guerra confirma esse fenômeno. Constatando que “a nação”, tendo justificado as independências, não é fundada sobre uma nacionalidade entendida como “uma comunidade dotada de um particularismo lingüístico e cultural, religioso ou étnico”, ele afirma que, na verdade, emprega o termo “étnico” como “designando um grupo humano que se define por uma origem comum – racial? – real ou suposta” e observa que este “está na moda e é ainda mais ambíguo que nação” (Guerra, 1994).

Ora, se no final dos anos 1970, no que concerne aos estudos em ciências sociais sobre a América Latina e sobre o Brasil contemporâneos, multiplicam-se os questionamentos relacionados à posição do negro na sociedade, em seguida as pesquisas se engajaram mais nas análises sobre a reconstituição dos processos históricos que deram origem aos Estados-nações e sobre os paradoxos da construção da cidadania (Quijada, 1994)⁴, em cujo discurso a categoria étnica está quase totalmente ausente. Privilegiaram-se, de fato, as noções de classe social ou de luta de classes, de nação e de nacional, então na moda. Entretanto, a partir do início dos anos 1970, os pesquisadores são incitados a considerar a etnicidade numa perspectiva mundial. Ph. Poutignat e J. Streiff-Fenart lembram que, nesse momento, os editores destacam que o novo interesse pela etnicidade se desenvolve paralelamente nas diversas disciplinas das ciências sociais entre os pesquisadores que, na época, trabalhavam nas diferentes regiões do mundo, inclusive nos países então ditos em vias de desenvolvimento e nas sociedades pós-industriais, ressaltando assim a semelhança entre as questões postas pela integração nacional nas sociedades pós-coloniais e as reivindicações étnicas e “nacionalitárias” nas sociedades ocidentais. Nessa perspectiva, Rodolfo Stavenhagen salienta que, na construção das etnias, intervêm fatores, internos e externos aos povos, em complexa inter-relação (Stavenhagen, 1992).

Trata-se sobretudo de perceber como, desde sua invenção na aurora do século XX, a noção de etnia se encontra misturada a outras noções conexas, como a de povo, de raça, de comunidade ou de nação, com as quais ela mantém relações ambíguas (Stavenhagen, 1992; Renan, 1997)⁵. Nesse sentido, R. Stavenhagen propõe que “o conceito de raça seja incluído no de etnia”. Ele acrescenta que, em Ciências Sociais, bem como na linguagem cotidiana, o termo raça remete a uma construção social e cultural das diferenças biológicas aparentes (Stavenhagen, 1992). Lembremos aliás que a raça existe somente na medida em que as diferenças biológicas adquirem um significado em termos de valores culturais e de ação social para uma

dada sociedade. Os diferentes grupos raciais são considerados e tratados como tais em função de critérios socialmente e historicamente construídos.

Para os grupos que se reivindicam étnicos, as formas de manifestação empregam trajetórias bem variadas: passeatas, greves, formação de organizações e de partidos políticos e mesmo agressões ou violências em meio à população civil, podendo também chegar à luta armada, ao terrorismo ou à guerra civil. Todavia, tais reivindicações podem se exprimir através da defesa de seus direitos humanos, culturais, econômicos ou políticos, mas igualmente pelo questionamento da legitimidade das instituições políticas dos Estados nacionais ou das regiões administrativas das quais são dependentes, constituindo-se, desse modo, particularidades das formas de expressão dos conflitos étnicos.

No que concerne ao Brasil, é preciso considerar as formas pelas quais os conflitos étnicos se manifestaram no passado e o modo como se manifestam atualmente, sobretudo porque em diferentes circunstâncias a etnicidade transformou-se em um importante símbolo de mobilização política. Além disso, é preciso notar que os conflitos étnicos, em sua grande maioria, apresentam-se como expressão de lutas políticas (Margolis), mesmo que seja preciso igualmente levar em conta que a identidade étnica não implica necessariamente uma articulação com a afirmação política dos grupos étnicos (Banuazi, Weiner, 1988).

Em vista da bibliografia existente sobre essa questão, no caso do Brasil, estamos sobretudo perante a situações de conflitos latentes e de intolerâncias étnicas. Ora, tal constatação nos envia ao mesmo tempo à problemática mais geral da qualificação das situações de conflitos étnicos (Poutignat, Streiff-Fenart, 1995; Margolis)⁶. Na verdade, os critérios para a definição de conflitos étnicos mais comumente retidos remetem-se essencialmente a situações de conflitos violentos. Tal constatação leva-nos igualmente a interrogar se essa "visão exterior" está ligada ao fato de que a definição ou qualificação dessas situações enquanto conflitos étnicos, bem como sua gestão, por parte dos grupos e Estados implicados, pode obedecer a critérios específicos.

Evidentemente, não se trata aqui de negar que, no caso brasileiro, certas situações passadas, e mesmo do presente, respondem a um ou outro desses critérios (Holloway, 1997)⁷. Todavia, as situações de conflito latente, sem manifestação de agressão aparente, são bem mais recorrentes e numerosas que os conflitos étnicos que implicam necessariamente a violência. A eclosão de violências, de agressões ou os afrontamentos diretos podem então acontecer a partir de um incidente, às vezes trivial, às vezes significativo, que desencadeia uma espiral de violência, às vezes aparentemente desorganizada, podendo expandir-se aos espaços habitados pelos grupos étnicos em questão. Trata-se então de eventos que constituem exemplos da forma trágica segundo a qual um conflito pode se desenvolver e desencadear uma luta inter-étnica às vezes de dimensões inesperadas. Nesse tipo de situação, os rumores, os diferentes *medias* e as alterações verbais podem ter um papel determinante ao estimular a violência, podendo gerar verdadeiras manifestações de intolerância étnica (Agier, 2000)⁸.

Apesar da importância desses conflitos latentes e das situações de intolerâncias no Brasil, continua-se a manifestar interesse pelos conflitos étnicos unicamente quando a violência é generalizada ou quando se produzem eclosões de violência que tocam uma parte expressiva da população, muitas vezes indo além dos grupos diretamente implicados. Em outras palavras, considera-se que há conflito racial ou étnico somente quando as situações de intolerância chegam ao seu ponto extremo. Nesse caso, não se conside-

ram como conflituosas as relações de tensões intergrupos que ocorrem no cotidiano e que se manifestam numa espécie de multitude de micro-eventos sem aparentes ligações. Um quadro que, aliás, só se torna perceptível mediante a um interesse particular pelo detalhe, pela valorização dos fatos ordinários e dos raros traços existentes sobre as interações entre as “vidas microscópicas” do contexto social. Desse modo, as diferentes manifestações de intolerância permitem constatar que uma parte da população vivencia o não funcionamento do modelo de democracia racial, ao mesmo tempo em que as reivindicações e os conflitos nos quais parcelas dessa mesma população são os atores, de certa forma, representam a prova desse “fracasso”. Nesse sentido pode-se igualmente interrogar sobre as “respostas” dadas, pelo Estado brasileiro em ocorrência, a tais conflitos e reivindicações.

Isso não impede que atualmente, no Brasil, diferentes grupos de pesquisa, trabalhando sobre o contemporâneo, analisando as múltiplas transformações que provocaram uma redefinição tanto das fronteiras políticas quanto socio-culturais que circunscrevem certos grupos e comunidades, constatem a existência de conflitos de ordem étnica e assinalem a importância de questionar os enraizamentos históricos e memoriais dessas perturbações. Trabalhos que, ao mesmo tempo, renovam os debates sobre a relação rural-urbano brasileira bastante significativa para o século XIX, como também sobre o multi-étnico bem sucedido e a democracia racial “à brasileira”⁹. Em alguns desses trabalhos, querelas judiciais em torno das áreas territoriais ocupadas por grupos indígenas e negros, tendo em certos casos desencadeado êxodos em direção às zonas marginais ou periféricas da cidade, estimularam um princípio de cooperação entre antropólogos e advogados sobre a compreensão do sistema processual e da hermenêutica jurídica, sobretudo nos julgamentos de conflitos nos quais estão em jogo a perenidade de grupos, de populações e de sociedades (Leite, 1996). Essas observações implicam interrogações específicas sobre o lugar do conflito étnico e quanto à sua relativa exclusão das análises históricas sobre a cidade brasileira.

A CIDADE: ESPAÇO DE GESTÃO DOS CONFLITOS

Ao se esboçar um balanço das pesquisas sobre a cidade brasileira, constata-se que a correlação cidade/conflito existe sobretudo para o contemporâneo, para o presente, e que a história urbana, os processos de urbanização, o território, os planos e os projetos de ocupação e de uso do espaço (frequentemente componentes maiores da história das cidades) são as problemáticas mais recorrentes.

No que concerne ao século XIX, grande parte dos trabalhos tratam de maneira geral do desenvolvimento desse urbano, mas tendem a negligenciar as experiências vividas tanto em sua dimensão coletiva quanto individual e, em consequência, não valorizam as situações conflituosas nas quais uma parte da população encontra-se envolvida. Além disso, nota-se que a maior parte dos estudos tratando da história da cidade na América Latina se interessa sobretudo pelo fim do século XIX e/ou pelos movimentos populares organizados e ligados à emergência do mundo dos trabalhadores assalariados, como assinala o historiador S. Grez Toso (Grez de Toso, 1997), ao analisar a gênese e a evolução do movimento popular no Chile. Isso permite pressupor que este seja mais facilmente perceptível (em primeiro lugar nos arquivos), já que, como julga o historiador, esse tipo de movimento deixa maior número de traços.

Desse modo, a partir de sondagens nos três sistemas de informação, *Francis-Amérique latine*, *Ibiscus et Urbamet* (Huerta, 2000), partindo-se das palavras-chave conflito/etnia, conflito/étnico, conflito/urbano, a ausência de referências sobre os conflitos étnicos na cidade na América Latina no século XIX se confirma.

Operando-se uma interrogação no banco bibliográfico *Francis*, sobre os anos 1984-1996, entre os 513 artigos, teses, trabalhos e comunicações de colóquios e congressos concernentes à pesquisa urbana francesa aplicada à América Latina, dos quais 134 sobre o Brasil, são encontradas essencialmente análises sobre o crescimento urbano, a reforma do espaço, o planejamento, a habitação, os serviços (transportes, gestão da água, coleta de lixo), os bairros populares, o urbanismo e a urbanização, as estruturas e renovações urbanas, os sistemas, as cidades (pequenas, grandes ou médias), as relações cidade-campo.

Interrogando-se igualmente o banco de dados *Ibiscus* sobre os temas urbanos (no período de 1984-1997), em um total de 391 referências bibliográficas, das quais 93 sobre o Brasil, mesmo que a rede documental que alimenta tal banco de dados seja representada por revistas e documentos oriundos de meios técnicos, os temas mais frequentemente tratados relevam, sobretudo, a geografia e o meio-ambiente (teledeteção, demografia, população urbana, urbanização, riscos naturais, ecologia urbana, crescimento urbano, mobilidade espacial, território, organização do espaço, etc). Mas eles concernem também ao urbanismo (construção, planificação urbana, patrimônio, saneamento, novas cidades, bairros populares, habitação) e à sociedade (sociologia urbana, coletividades, pobreza, vida associativa, identidade cultural, marginalidade, mulheres, crianças, espaço social, inserção urbana) (Huerta, 2000).

Enfim, nas 278 referências concernentes à América Latina que figuram em *Urbamet*, dentre as quais 64 sobre o Brasil, a geografia, o meio-ambiente e o urbanismo são os campos disciplinares mais recorrentes, seguidos de referências em economia, gestão e sobre questões de sociedade.

Se consideramos o conjunto dessas referências, as problemáticas envolvendo conflitos étnicos não são assim identificáveis de imediato. Ainda que, a partir do cruzamento temas-países realizado por Mona Huerta nas revistas francofônicas (Huerta, 2000 : 2001), possamos constatar que na rubrica "problemas sociais", a temática "discriminação racial" figura entre as entradas "pobreza, droga, criminalidade, delinquência, alcoolismo, marginalidade, favela, prostituição, proletariado, violência, desigualdade social, crise, movimento social, segregação social". Encontra-se então "o étnico", mesmo que se evocar a discriminação racial não signifique necessariamente que tenham sido tratados os eventuais conflitos inerentes a essa discriminação.

A presença ou a ausência de correlação entre palavras-chave tais como "conflito", "étnico" e a cidade no século XIX, leva-nos a questionar sobre a abordagem escolhida e sobre os objetos privilegiados pelos autores. O que está subentendido nos títulos ou subtítulos? Da mesma forma, pode-se questionar sobre o procedimento do documentalista ao realizar a classificação temática da obra.

Tais questões destacam uma problemática que, aparentemente, é sobretudo de ordem epistemológica. Ainda que existam trabalhos de historiadores sugerindo que não há suficientemente discussões sobre o caráter étnico de certos conflitos presentes na cidade (Hahner, 1976; Carvalho, 1991; Holloway, 1997), a maior parte dos trabalhos freqüentemente tende a reforçar essa ausência. Isso na medida em que os referidos estudos não os

evidenciam imediatamente em sua abordagem e, quando assinalados, tais conflitos permanecem diluídos na análise global, o que, de certa forma, ratifica a crítica de J. H. Hahner quanto à permanência da imagem do século XIX brasileiro como um período pacífico.

Isso talvez explique que nos bancos de dados, quando se realiza uma pesquisa cruzada a partir das palavras-chaves “conflito/étnico/cidade”, sejam encontradas poucas obras de história. Conseqüentemente, raramente estarão correlacionados nas descrições dos referidos bancos de dados (e logo nos trabalhos repertoriados) a cidade e os conflitos inter-étnicos, ou cidades e violência inter-étnica para o Brasil do século XIX (e de maneira mais geral para o conjunto da América Latina).

Tal constatação conduz a formular novas interrogações: trata-se de um problema de fontes? Existem poucos traços (em termos de arquivos) desses conflitos? Ou tais análises de uma certa maneira postulam a inexistência de conflitos? Caso esta última questão tenha uma resposta afirmativa, isso equivaleria então a eliminar uma das primeiras funções da cidade: aquela de espaço de gestão dos conflitos (*Études rurales*, 1999), incluindo-se, nesse caso, os conflitos étnicos ou raciais, dadas as características e as condições da composição da população.

Do mesmo modo, se postulamos que não há conflitos étnicos implicando a ocupação e o uso do espaço, como explicar o que se diz estar na base da formação dos “novos territórios étnicos” no Sul do Brasil (Leite, 2000)? Por que então, por decisão da justiça, são objeto de perícias antropológicas as violências continuamente exercidas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul contra os povos indígenas Kaingang (Jê Meridional) e Guarani (Tupi Guarani), mas também contra os Guarani, nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em relação aos seus direitos de ocupação e de uso dos espaços rurais e urbanos (Helm, 1996)¹⁰? Quais são os resultados do processo de contato inter-étnico para os índios do grupo Pataxós-Hãhãhã (Martins, 1995)¹¹ que, na Bahia, foram igualmente objeto de uma perícia histórico-legal para validar reivindicações sempre rejeitadas pela sociedade dominante (Sampaio, Carvalho, 1992; O’Dwyer, 1993)? O que poderia justificar a criação e aplicação do artigo 68 do *Ato de Disposições Constitucionais Transitórias de 1988*, implicando “a regulamentação das terras de negros no Brasil”, notadamente as terras de descendentes dos quilombos, a fim de lutar contra as expulsões e as expropriações (por vezes violentas) (NUER, 1997, Leite, 1991; 1993)? Estas medidas não seriam, no entanto, formas particulares de atestar que “as reivindicações identitárias étnicas se acompanham, frequentemente, de uma re-escrita da história a fim de encontrar (provar) a si mesmo e aos outros um lugar legítimo no seio de um conjunto mais vasto, em geral a nação” (Hoffmann, 2002:62).

Lembremos que, como sublinham Michel Agier e Maria Rosário de Carvalho sobre os movimentos negro e indígena durante os anos 1970-1980, nos termos do “racialismo” formado no Brasil na segunda metade do século XIX, índios e negros não estão sujeitos à mesma discriminação. Os primeiros, marginalizados e deixados afastados da ordem nacional, encarnam perfeitamente e precocemente a figura do outro étnico. Os negros, ao contrário, “foram integrados e mantidos em uma posição inferior no interior da ordem social nacional” (Agier, Carvalho, 1994). De fato, a partir de pesquisas de campo, certos estudiosos mostram que esses conflitos contemporâneos têm uma historicidade, a qual se inscreve, se enraíza, na história de uma região, de um grupo, de uma etnia e mesmo de uma cidade. Daí o desejo de

que pesquisas históricas sejam realizadas a fim de demonstrar os mecanismos, mas também para contribuir ao reconhecimento de certos prejuízos. Por sua vez, as populações em questão também sabem que esses conflitos têm sua historicidade, e é a partir desta que exigem a elucidação de conflitos nos processos em que estão implicadas (NUER, 1991; 1996; Almeida, 1998).

Contudo, independentemente dessas exigências, certas práticas sociais urbanas contemporâneas ou práticas urbanas do passado são raramente consideradas pelos historiadores enquanto expressões identitárias elaboradas em consequência de conflitos e exclusões inerentes ao viver na cidade para certos grupos e parcelas da população (Leite, 1993). A título de exemplo de tais práticas, pode-se mencionar a análise de Thomas Holloways sobre os capoeiras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX (Holloway, 1997:206-211; 243-247). Ou seja, mesmo que hoje se reencontrem evidências de uma componente étnica na origem de conflitos efetivos, às vezes pondo em relevo a violência física e armada, estes continuam pouco privilegiados enquanto tais pelos historiadores e, em consequência, sua presença e implicação na vida da cidade permanecem ausentes da maior parte dos estudos e dos bancos de dados.

O RACIAL E O ÉTNICO NOS ESTUDOS BRASILEIROS

Evocar as questões raciais e interrogar sobre a existência de conflitos inter-étnicos no Brasil não é efetivamente uma tarefa confortável. Inicialmente, porque com frequência se adotam outras sociedades multiraciais como parâmetro, mas também porque têm-se dificuldades a admitir que as manifestações de tais conflitos possam ter, em outros lugares (em ocorrência no Brasil), outras formas de expressão em função da história, das formas de inserção e de participação dos grupos no quadro social local e nacional.

Todavia, trabalhos de pesquisas de campo (mais especificamente nas regiões Norte, Sul e Sudeste) e uma bibliografia mais recente sobre as questões raciais e étnicas no espaço urbano e rural brasileiro assinalam expressivas mudanças nas abordagens do tema. Apesar disso, o enfoque historiográfico parece ainda ter dificuldade em considerar os enraizamentos históricos nas problemáticas relativas à identidade brasileira enquanto uma componente de jogos de relações sociais baseadas no étnico ou inter-racial. Daí a dificuldade de reabrir o debate sobre essas questões no quadro de uma historiografia que, no máximo, admite a existência de tensões nas relações inter-raciais e inter-étnicas.

Com efeito, entre os anos 1930 e 1950, numerosos estudos cuja tese subjacente era a inexistência de conflito racial aberto no Brasil e, de maneira correlativa, a valorização das possibilidades de desenvolvimento da população mestiça desencadearam na afirmação da insignificância social das raças. Michel Agier salienta que tal período pode dividir-se em três momentos diferentes dos quais “as características permitem melhor compreender uma certa cegueira dos pesquisadores, dos intelectuais e dos poderes face aos fenômenos de discriminação e dominação raciais no Brasil” (Agier, 2000). Lembrando que os anos 1930 correspondem ao desenvolvimento do nacionalismo e do Estado Novo sob Getúlio Vargas, o autor acentua que a nação deveria ser então “supra-étnica e devia superar, pelo menos intelectualmente, as divisões herdadas de seu passado escravista” (Agier, 2000). Sendo a abolição da escravidão ainda recente (1888), isso não estaria, na verdade, despido de sentido.

No entanto, não esqueçamos que esse período da “Era Vargas” (1930-1945) traz no seio de sua história momentos bastante peculiares no que

concerne às questões relativas às relações raciais e étnicas. Quer isso se trate propriamente de levar em consideração as experiências vividas no cotidiano do espaço rural e urbano, quer se trate dos estudos produzidos sobre essas questões. Lembremos que, por um lado, é nesse momento que Gilberto Freyre publica *Casa Grande e Senzala* (Freyre, 1934; Pierson, 1971), obra que simboliza o elogio da mistura, da mestiçagem e das contribuições culturais das “raças” branca, ameríndia e negra, diluídas em uma mesma cultura tropical, vendo o Brasil como um verdadeiro “laboratório social” (Skidmore, 1976; Leite Moreira, 1983; Silva, 1984; Schwarcz, 1993; Souza, 1997). Por outro lado, é preciso igualmente considerar que se trata de um período ainda sob forte influência dos postulados racistas de Nina Rodrigues e Silvio Romero, os quais estão, de certo modo, entre os fundadores da antropologia brasileira.

Nina Rodrigues, adepto das doutrinas de Gobineau e de Agassiz, dos ensinamentos da antropologia física de Broca ou ainda daqueles da Escola Criminalista italiana de Cesare Lombroso, de Enrico Ferri e de Raffaele Garofalo, está unicamente em desacordo com S. Romero quanto à “degeneração” provocada ou não pela mistura das raças (Lima, 1998). Ambos, no entanto, se fundamentam no que Motta de Lima chama de um “étno-pessimismo de base” (Lima, 1998) e estão de acordo quanto à idéia de inferioridade e de desigualdade de raças, privilegiando o branco em detrimento dos outros “complexos etnoculturais”. De fato, os dois se inspiram no princípio em virtude do qual a mistura das diferentes raças acarretaria a “degeneração de seu produto” (o Mestiço), comprometendo o futuro dos esforços civilizadores no país. Mas se, apesar de tudo, para Silvio Romero a mestiçagem é reconhecida sob a única condição de que o negro e seus descendentes demonstrem “efetivamente sua capacidade de assimilar de mais a mais e de melhor em melhor os valores da sociedade ocidental”, para N. Rodrigues, a mestiçagem representava um mal. Ele acreditava, ao contrário de S. Romero, que “o negro jamais assimilaria a cultura do Branco” e considerava, aliás, que o negro tinha o poder de alterar a cultura dominante (Lima, 1998).

Encontramo-nos então face a uma espécie de dupla linguagem que, por um lado, faz elogios à mestiçagem e, por outro, críticas às suas contribuições e nas quais só vê os aspectos negativos. Destaque-se ainda que, em um e outro caso, não se fala de conflitos, mesmo que, certo, sejam admitidos de forma implícita, notadamente no que concerne ao banditismo e à presença de tensões de caráter racial (Grunspan-Jasmin, 2001). Traços das influências dos dois autores estão no fato de que a maior parte dos trabalhos realizados nos anos 1960/1970 sobre o cangaço assinalam a presença e a produção de um discurso higienista bastante utilizado nos anos 1930/1940, notadamente para “explicar” as causas do dito banditismo (Queiroz, 1968; Faco, 1972)¹².

Um segundo momento desses estudos que postulam a ausência de conflitos raciais abertos são os anos 1940, marcados pela segunda Guerra Mundial e o nazismo. No Brasil, parcelas da sociedade se exprimem contra o governo de Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que se produzem manifestações pró-aliados. Estas são acompanhadas por um sentimento de mal-estar face ao fato de ver o país se engajar no combate às ideologias fascistas e aos governos totalitários na Europa, enquanto o Brasil conhece uma fase de autoritarismo e de discriminação de uma parte da população (Carone, 1973; Trindade, 1988; Pécaut, 1989), em que a conotação racista não está ausente. Atestam-no particularmente as manifestações de hostilidade aos judeus, a folclorização dos índios e o isolamento dos negros (Carneiro, 1988; Fernandes, 1978; Da Matta, 1978).

Entretanto, nesse quadro, pesquisadores brasileiros e brasilianistas publicam numerosos trabalhos sobre as relações raciais nas diferentes regiões e cidades do Brasil. Observemos que nestes se encontra “a vontade de mostrar a possibilidade de relações raciais harmoniosas, reconhecendo-se a existência de classificações e até mesmo de preconceitos raciais, assim como de desigualdades sociais – atribuídas essencialmente à herança escravista” (Agier, 2000)¹³. O que não está livre de repercussões, como, aliás, se pode notar através do vasto programa de estudos sobre as relações raciais “com fins explicitamente anti-racistas, em vários países multi-étnicos”, que a UNESCO decide desenvolver no pós-guerra (Leiris, 1992; Agier, 2000)¹⁴.

O terceiro momento da produção intelectual sobre as questões raciais (os anos 1950 e 1960) é marcado pela influência das teorias marxistas no pensamento sociológico brasileiro, as quais vão largamente contribuir para minimizar o racismo, fazendo quase desaparecer essas questões dos debates e da pesquisa. Assim, as classificações e as discriminações raciais são, a partir de então, consideradas como heranças da escravidão e, em virtude dessa lógica, sujeitas a desaparecer com o desenvolvimento da sociedade de classes. Além disso, após o golpe militar de Estado de 1964, a questão do racismo faz parte das discussões proibidas pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1969, o qual só será abolido em 1979. Não há dúvidas de que o quadro não favorecia a evocação de conflitos dessa natureza que existiram no passado e ainda menos das questões raciais do momento. Contudo, apesar das interdições, nos anos 1970 os debates e as pesquisas sobre as discriminações ou que tratassem de questões raciais, dos movimentos negros e da posição do negro na sociedade brasileira estarão relativamente presentes (Fernandes, Bastide, 1971; Fernandes, 1972; Fernandes, 1972; Nascimento, 1978). Do mesmo modo, dentre os estudos então em curso, emergem debates similares concernentes às populações indígenas.

A nível internacional, o contexto é então marcado pelo crescimento e multiplicação dos movimentos sociais e, nesse quadro, pela emergência de movimentos negros nos países multiraciais tais como o Brasil e os Estados Unidos. Aliás, é igualmente nos anos 1970 que se confirma a tendência dos antropólogos a orientar seus trabalhos em direção das cidades ou, pelo menos, a não mais delas fugir. Ulf Hannerz lembra que se pode explicar essa mudança de várias maneiras (Hannerz, 1983). Nas sociedades “exóticas” às quais os antropólogos voltavam habitualmente o essencial de sua atenção e que *a posteriori* eles descreverão como pertencentes ao terceiro mundo, as populações abandonavam cada vez mais seus vilarejos para se instalar em cidades satélites ou em novos centros urbanos. Os pesquisadores que se interessavam pelos modos de vida dessas populações poderiam dificilmente ignorar esse dado. Tratando-se mais especificamente dos antropólogos norte-americanos, estes receberam os contragolpes das mudanças em curso em seu próprio país. De fato, enquanto nos anos 1950 o americano médio via-se ainda vivendo em uma sociedade rica e homogênea e “os intelectuais se queixavam da escalada do conformismo e da mediocridade”, a década seguinte será marcada por um retorno da pobreza e da etnicidade, tomados mais comumente como “problemas urbanos” (Hannerz, 1983). Na mesma época, na Europa, as migrações de mão-de-obra e, em menor escala, o afluxo de refugiados políticos, modificam o aspecto de um certo número de cidades.

Uma vez tendo adquirido suas competências trabalhando sobre “culturas diferentes” e indo procurá-las longe de seus universos, os antropólogos tomam a partir de então como objeto não mais as tribos exóticas longínquas, mas os espaços pertencentes ao mais ordinário da vida cotidiana, as condutas

sociais mais comuns ou os imaginários simbólicos mais ocultos (Kilani, 1992). Como diz U. Hannerz, eles os descobrem “do outro lado da estrada de ferro”, no mesmo momento em que, “em um número cada vez mais elevado de países desenvolvidos, os pesquisadores estrangeiros não eram mais particularmente bem-vindos” (Hannerz, 1983:17-18). Ao mesmo tempo, tornava-se cada vez mais difícil de se financiarem as pesquisas de campo em países estrangeiros, em particular para os jovens antropólogos. O desenvolvimento da antropologia urbana, do meio urbano e industrial, e em seguida da antropologia da cidade, vai então lhes oferecer uma via de saída (Kilani, 1992: 74-77). Isso, de certo modo, explica a maneira pela qual os antropólogos se engajaram na cidade, às vezes, interrogando inclusive sua história como consequência de seus interesses pelos conflitos raciais, pelas disfunções institucionais e pelo desenvolvimento das favelas e dos novos guetos urbanos. Às noções de base da antropologia acrescentam-se então certas aquisições: uma sensibilidade pela diversidade cultural; uma familiaridade com os eventos da vida cotidiana conjugada com a primazia da observação participante como método de pesquisa; uma pré-disposição a definir os problemas ampliando-se o campo de investigação, agora de maneira mais totalizante que restritiva. É assim que se verá em seguida a antropologia (social, urbana, da cidade) trabalhar em estreita colaboração com a pesquisa histórica, sobretudo no momento em que ela se engaja de maneira mais sistemática no estudo comparativo dos fenômenos urbanos (Kilani, 1992:74-77).

Ora, ao mesmo tempo, no Brasil, diversos tipos de movimentos negros tentam emergir no espaço urbano. Essa busca de uma expressão política se explica pelo fato de que o país conhece então um início, ainda que tímido, de democratização política que, na segunda metade dos anos 1970, levaria ao fim do período mais duro da ditadura. Além disso, alguns anos mais tarde, surgem trabalhos que, mesmo privilegiando o quadro sócio-político, evocam situações efetivamente conflituosas na história do país as quais tiveram como origem as relações raciais.

Falar de movimentos sociais nos quais os protagonistas se consideram implicados em conflitos abertos tendo uma conotação racial ou étnica não é mais cômodo hoje do que no passado, por razões históricas e científicas das quais a historiografia anterior é o reflexo e das quais os trabalhos contemporâneos têm dificuldade de liberar-se. Como se o que diferencia a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva, a saber, que ela é orientada em direção ao passado, não fosse suficientemente importante para ser considerado. Ou seja, a pesquisa histórica, em particular para a análise da sociedade brasileira, tem dificuldade de reconhecer que a noção de etnicidade, tal como ela foi forjada, não pela sociologia americana, mas de modo mais geral pela comunidade científica de língua inglesa, consiste não em “largamente atestar a existência dos grupos étnicos, mas em colocar como problemática a consubstancialidade de uma entidade social e de uma cultura pela qual se define habitualmente o grupo étnico” (Poutignat, Streiff-Fenart, 1995:17).

Assim, apesar da presença de um certo ideal de convivência harmônica entre grupos raciais ou étnicos, comum aos brancos e não brancos, é importante considerar certas especificidades presentes no dia a dia do quadro brasileiro. Um quadro onde existe um sistema de classificação social largamente e fortemente expresso na linguagem cotidiana da maioria da população. Um sistema que gera escalas de valor, estabelecendo nuances e no qual termos como preto, negro, negrinho, negão, escuro, mulato, mulatinho, pardo, claro, amorenado, alvo, branquelo, mas também índio, além de exemplos de

“termos resultantes de um critério de classificação de pessoas” (Maio, Santos, 1996), são reveladores de formas locais e nacionais de hierarquização. Nessas, estão implícitas visões do mundo nas quais a cor da pele, em múltiplas e variáveis gradações, torna-se um critério de discriminação dos indivíduos e, em consequência, tais visões de mundo estão na base de diferentes formas, às vezes conflituosas, de oposição ou de afrontamento. Contudo, a historiografia tanto sobre as antigas quanto sobre as novas identidades no Brasil tem reticências a incorporar a identidade étnica em suas análises, talvez por não ter suficientemente considerado que teorizar a etnicidade não significa fundar o pluralismo étnico como modelo de organização sócio-política, mas examinar as modalidades segundo as quais uma visão étnica do mundo torna-se pertinente para os atores.

Enfim, é preciso considerar que a noção de conflito inter-étnico no Brasil implica mais diretamente uma parte da população há longo tempo vista como uma massa anônima. O que põe em relevo “o étnico” na cidade é de fato a composição de uma população que, de modo geral, habita espaços à margem da cidade oficial, da “cidade limpa”¹⁵. Lembremos que o fim do século XIX no Brasil corresponde ao período das grandes mudanças ligadas à abolição da escravidão, à instauração da República, à chegada à cidade de diferentes populações rurais de forte conotação étnica e à redefinição das relações de trabalho. Mas pode-se indagar em que medida houve interesse pelas massas urbanas anônimas e não organizadas do século XIX e segundo que perspectiva.

Se postulamos que estudar as experiências vividas supõe levar em conta a relação entre o individual e o coletivo, assinalemos que novas abordagens preconizam uma efetiva inserção do indivíduo na história, considerando-os assim como sujeitos de suas ações. Nessa mesma ótica, certos enfoques historiográficos atuais rejeitam as oposições entre o coletivo e o individual, o qualitativo e o quantitativo, adotando então uma abordagem que opera com essas duas duplas, renovando-as, na medida em que ela confere um sentido teórico ao individual e à fertilidade metodológica do qualitativo. Um trabalho que vise repensar os modelos macro-históricos para levar em conta as experiências vividas pelos indivíduos em seu tempo e em seu lugar parece-me fundamental para a apreensão dos processos sociais e implica uma mudança de “foco de análise”. Nesse sentido, no quadro dos estudos sobre a cidade brasileira, mesmo que essa mudança de foco tenha sido posta em prática por certas abordagens, em particular através da utilização de fontes privadas (*Estudos Históricas*, 1997; 1998)¹⁶, parece-me que as experiências vividas por ocasião de conflitos étnicos são entretanto menos perceptíveis nos trabalhos de historiadores. Por outro lado, podemos encontrá-los nos campos da sociologia e, às vezes, da antropologia ou da psicologia social; e sua proporção quando se realiza uma pesquisa nos bancos de dados a partir das triagens cruzadas evocadas precedentemente, o atesta. Nesse caso, estamos no campo do contemporâneo, ou mesmo do presente. Ao mesmo tempo, entretanto, o papel desempenhado por uma parte das camadas populares e por certos grupos étnicos nos diferentes processos de construção de identidade em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, de um certo modo, permanece na esfera do clandestino, tornando os atores do urbano e sua visão da cidade e dos jogos de relações sociais que nela são construídos igualmente clandestinos. Clandestinos na medida em que os habitantes desse espaço não são reconhecidos como verdadeiros atores e nem o sentido de sua visão étnica do mundo é levado em consideração.

Essas pistas de investigação se inscrevem em uma abordagem que postula levar igualmente em consideração as visões de certos atores do contemporâneo (os “invisíveis de hoje”) visando reencontrar a historicidade dos conflitos (inclusive étnicos) de ontem, permitindo-nos ampliar o leque das possibilidades em matéria de fontes e de traços. Busca-se assim, ao “ouvílos”, que eles não permaneçam como os esquecidos ou clandestinos da cidade, da vida urbana e da historiografia que lhes concerne.

Noviembre de 2003

NOTAS

- 1 Isso, de uma certa maneira, confirma as propostas de Marcel Roncayolo quando este indica que “a cultura urbana é compreendida como o momento em que a cidade aparece como lugar da cultura ‘elaborada’ e onde a composição da sociedade, os comportamentos, devem ser substituídos inicialmente no tecido social e na rede de instituições, ao contrário de serem confrontadas aos simples efeitos mecânicos do número de aglomerações”.
- 2 Ancorados na história, os escritos e “os papéis” de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) revelam ricas contribuições, a ponto de, em certos casos, permitir que sejam tomados enquanto fontes e exprimem uma impregnação e um vivo interesse do autor pela cidade e pela história na qual ela se insere.
- 3 Sobre a relação identidade/memória ver em particular o capítulo “Mémoire personnelle, mémoire collective”, p. 112-163.
- 4 Ver em particular o capítulo intitulado: “Nación cívica, nación civilizada, nación homogénea”, p. 40-51.
- 5 Segundo E. Renan, a nação como entidade política constrói-se não a partir do grupo racial ou étnico, mas freqüentemente contra ele.
- 6 Ana Margolis, não necessariamente em relação aos aspectos aqui privilegiados, realizou um estudo detalhado dos diferentes critérios de definição dos conflitos inter-étnicos.
- 7 Nesse sentido, ver as observações de Thomas Holloway concernentes à criação dos organismos de repressão policial, à instauração dos juizes de paz e à ampliação de suas funções no Rio de Janeiro a partir da primeira metade do século XIX. Isso na medida em que existem, na origem da criação desses organismos, considerações ligadas à intolerância nas relações inter-raciais.
- 8 Michel Agier fornece e analisa um testemunho bastante esclarecedor. Ver a altercação verbal entre garçons e clientes em um bar, sobre as maneiras de nomear as diferentes misturas raciais no Brasil, “‘Little Brazil’: une discussion tendue”.
- 9 Podem-se citar particularmente os trabalhos do NAEA, Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília, da Fundação Cultural Palmares, do Programa de Pesquisas sobre os Povos Indígenas da Bahia, da Universidade Federal da Bahia e do Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas, NUER, da Universidade Federal de Santa Catarina.
- 10 Por decisão da Justiça Federal da Segunda Vara de Curitiba, Seção judiciária do Paraná.
- 11 Etnônimo que engloba grupos de raízes étnicas diferentes: Pataxós-Hähähäi, Baenã, Sapuya-Kiriri, Gueren, Kamakã, Mongoyó e Tupinikim que foram reunidos à força para a colonização do território dos primeiros.
- 12 Para uma análise renovada sobre estas questões, ver Patrícia Silva Sampaio (Silva, 1996; 2000).

- 13 M. Agier salienta que na região da Bahia, “essa pesquisa foi coordenada por Thales de Azevedo (Azevedo, 1953) e por um grupo de pesquisadores americanos em contato com Pierre Verger e Alfred Métraux. (Wagley, 1952; Métraux, Verger, 1994).
- 14 O autor menciona que Michel Leiris e Claude Levi-Strauss participaram desse projeto. Os resultados dessas pesquisas foram publicados pela Unesco na série *Race et société*, “uma coleção de espírito anti-racista na qual Alfred Métraux teria estabelecido o programa”.
- 15 Retomando aqui uma expressão de Jaime Valenzuela (Valenzuela, 1990:255).
- 16 Aliás, é significativo que a revista *Estudos Historicos* (Rio de Janeiro, CPDOC-Fundação Getúlio Vargas) tenha recentemente consagrado dois números sobre esta temática.

BIBLIOGRAFIA

- Agier, Michel. *Anthropologie du carnaval. La ville, la fête et l'Afrique à Bahia*, Marseille, Éditions Parenthèses/IRD, 2000, p. 23-24.
- Agier, Michel ; Carvalho, Maria Rosário de. Nation, Race, Culture. Les mouvements noirs et Indiens au Brésil. Dossier Identité et couleurs en Amérique latine. *Cahiers des Amériques Latines*, n° 17, 1994, p. 107-124.
- Almeida, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *Revista do NAEA*, Belém, n° 10, 1998, p. 163-196.
- Azevedo Thales de. *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*, Paris, Unesco, 1953.
- Banuazi, Ali, Weiner, Mayron (eds.). *The state, Religion and ethnic Politics. Afghanistan, Iran and Pakistan*, New York, Syracuse University Press, 1988.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci. *O antisemitismo na era Vargas (1930-1945)*, São Paulo, Brasiliense, 1988. Fernandes, Florestan. *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, 3a ed., São Paulo, Ática, 1978, 2 vol.
- Carone, Edgar. *A segunda República (1930-1937)*, São Paulo, Difel, 1973.
- Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- Cohen, A. Variables in Ethnicity. Keyes, C. E. (éd.). *Etnic Change*, Seattle, University of Washington Press, 1981, p. 306-331.
- Da Matta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Zahar, 1978.
- Estudos Historicos* (Rio de Janeiro, CPDOC-Fundação Getúlio Vargas). *Indivíduo, biografia, história*, vol. 10, n° 19, 1997 e *Arquivos Pessoais*, vol. 11, n° 21, 1998.
- Etudes rurales* n° 149-150, Justice et sociétés rurales. Paris, Éditions de l'EHESS, janvier-juin 1999.
- Faco, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, 3a. ed.
- Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo, Difel/Difusão Editorial, 1976.
- Fernandes, Florestan e Bastide, Roger. *Branços e negros em São Paulo*, São Paulo, Nacional, 1971.

- Fernandes, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.
- Freyre, Gilberto. *Maîtres et esclaves : la formation de la société brésilienne*, [1934], Paris, Gallimard, 1974.
- Grez Toso, Sérgio. *De la regeneración del pueblo" a la huelga general: génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile, 1810-1890*, Santiago, Dirección de Bibliotecas/Archivos y Museos, 1997, p. 27-37.
- Grunspan-Jasmin, Elise. *Lampião, vies et morts d'un bandit brésilien*, Paris, PUF, 2001.
- Guerra, François-Xavier. Introducción: epifanías de la nación. Guerra, François-Xavier; Quijada, Mónica (coord.), *Imaginar la nación*, Münster/Hamburg, AHILA/Cuadernos de Historia Latinoamericana n°2, 1994, p. 10, p. 7-14.
- Hahner, June E. Jacobinos versus Galegos: Urbain Radicals vers Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's. *Journal of Interamerican Studies and Word Affairs*, 18 (2), May 1976, p. 125-154.
- Hahner, June E. *Pobreza e política. Os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, Edunb, 1993.
- Hannerz, Ulf. *Explorer la ville. Éléments d'anthropologie urbaine*, Paris, Éditions de Minuit, 1983.
- Helm, Cecilia Maria Vieira. A Justiça é lenta, a Funai devagar e a paciência dos índios está se esgotando: perícia antropológica na área indígena Mangueirinha-PR. *Textos e debates*, NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, ano 2, n° 4, 1996, p. 22-38.
- Hoffmann, Odile. La violence de l'oubli : les communautés noires en Colombie et les pièges de la mémoire collective. *Cahiers des Amériques Latines*, 2002, n° 38, Paris, IHEAL, p. 61-75.
- Holloway, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro - Repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- Huerta, Mona (pour le REDIAL-France). Comment les sciences sociales françaises écrivent-elles la ville brésilienne ? *Brésil 500 ans : nouveaux visages, autres focales, Histoire et Sociétés de l'Amérique Latine*, n° 10/2, Paris, Aleph/l'Harmattan, 2000, p. 195-204.
- Huerta, Mona. L'Amérique latine en France. Itinéraires cachés. *ALMA – Amérique Latine*, n° 3 – Spécial juillet/décembre 2001, 215 p.
- Kilani, Mondher. *Introduction à l'anthropologie*, Lausanne, Éditions Payot Lausanne, 1992.
- Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil (Da colônia à primeira República)*, Rio de Janeiro e São Paulo, Forense, 1948.
- Leiris, Michel. *C'est-à-dire (Entretien avec Sally Prince et Jean Jamin)*, Paris, Jean-Michel Place, 1992.
- Leite, Ilka B. Le nouveau visage des vieilles intolérances ethniques. *Brésil 500 ans : nouveaux visages, autres focales, Histoire et Sociétés de l'Amérique latine*, n° 10/2, Paris, Aleph/l'Harmattan, 2000, p. 19-40.
- Leite, Ilka B., Território Negro em área rural e urbana – algumas questões. *Textos e Debates*, Florianópolis, NUER/UFSC, ano 1, n° 2, 1991, p. 39-46.

- Leite, Ilka Boaventura. Classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil. D'Wyer, Eliane Cantarino (org.), *Terra de Quilombo*, Rio de Janeiro, Decania, CFCH/UFRJ, 1995, p. 11-120.
- Leite, Ilka Boaventura. Invisibilidade étnica e identidade: negros em Santa Catarina. *Encontros com a antropologia*, Curitiba, PPGAS, UFPR, SESC da esquina, n° 1, 1993, p. 13-32.
- Leite, Ilka Boaventura. Laudos Periciais antropológicos. Apresentação, *Textos e Debates*, NUER-UFSC, ano 2, n° 4, 1996, p.6-7.
- Leite Moreira, Dante. *O caráter nacional brasileiro*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1983, (4a. ed.)
- Lima, Antonio Carlos Motta de. *L'autre chez soi. Emergence et construction de l'objet anthropologique : le cas brésilien (1888-1933)*, Paris, EHESS, Tese de doutorado, 1998.
- Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Oswaldo Cruz, 1996.
- Martins, Marco A. Mattos. Les bases documentaires pour une histoire des Indigènes au Brésil : une expérience bahianaise. *Histoire et Sociétés de l'Amérique latine*, n° 6, novembro/1995, p. 51-61.
- Metraux, Alfred ; Verger, Pierre. *Le pied à l'étrier*, Paris, Jean-Michel Place, 1994.
- Micelli, Sérgio. *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*, Grenoble, Presse Universitaire de Grenoble ; Paris, Maison des Sciences de l'homme, 1981.
- Michaud, Guy (dir.). *Identités collectives et relations interculturelles*, Nice, Institut européen des hautes études internationales/Centre d'études des civilisations de l'université de Paris X (Nanterre), 1978 ; Paris, Éditions Complexe, 1978.
- Musset, Alain. De Séville à Lima : villes identiques ou villes en quête d'identité. Musset, Alain e Pérez Mallaina, Pablo Emilio. *Villes en Parallèle. De Séville à Lima*, Laboratoire de Géographie Urbaine, Université de Paris X – Nanterre, n° 25, avril 1997, p. 11-30.
- Nascimento, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- NUER. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Inter-Étnicas. *Textos e Debates*, Informativo Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/NUER-UFSC, ano 1, n° 2, Terras e Territórios de Negros no Brasil. 1991.
- NUER. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Inter-Étnicas. *Textos e Debates*, ano 2, n° 3, Identidades étnicas no sul do Brasil. 1996.
- NUER. *Regulamentação de Terras de Negros no Brasil, Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Inter-étnicas/ Fundação Cultural Palmares, Florianópolis, UFSC, 1997, vol. 1, n° 1, 2a. ed*
- O'dwyer, Eline Cantarino. Remanescentes de Quilombos na Fronteira Amazônica : A ethnicidade como instrumento de luta pela terra. *Reforma Agrária*, vol. 23, Campinas, setembro.-dezembro-1993, p. 26-38.
- Pécaut, Daniel. *Entre le Peuple et la Nation. Les intellectuels et la politique au Brésil*, Paris, Maison des Sciences de l'homme, Brasília. 1989.

- Pierson Donald, *Branços e Pretos na Bahia (estudo do contacto social)*, São Paulo, Ed. Nacional (Brasileira), vol. 241, 1971.
- Poutignat, Philippe ; Streiff-Fenart, Jocelyne. Qu'est-ce qu'un groupe ethnique ? *Théories de l'ethnicité*, 1995, p. 59-92. Margolis, Ana. Vigencia de los conflictos étnicos en el mundo contemporáneo. *Estudos Sociológicos*, X, 28, Mexico, 1992, p. 9-28.
- Poutignat, Philippe e Streiff-Fenart, Jocelyne. *Théories de l'ethnicité*, suivi de *Les Groupes Ethniques et leurs frontières de Fredrik Barth*, Paris, PUF, 1995.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros : les bandits d'honneur brésiliens*, Paris, Julliard, 1968.
- Queiroz, Maria Izaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- Quijada, Mónica. ¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano del siglo XIX. *Cuadernos de Historia Latinoamericana* n°2, 1994, *Cuadernos de Historia Latinoamericana* n° 2, 1994, p. 15-51.
- Quijada, Mónica. Nación cívica, nación civilizada, nación homogénea. *Cuadernos de Historia Latinoamericana* n° 2, 1994, p. 40-51.
- Raveau, François. *Ethnicité et mécanismes de défense*, Poirier Jean ; Raveau François (eds.). *L'autre et l'ailleurs*, Paris, Berger-Levrault, 1976.
- Regulamentação de Terras de Negros no Brasil, Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Inter-étnicas/Fundação Cultural Palmares, Florianópolis, UFSC, 1997, vol. 1, n° 1, 2a. ed.*
- Renan, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation ?*, Paris, Mille et une nuits, 1997.
- Ricoeur, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Éditions du Seuil, 2000.
- Roncayolo, Marcel. *La ville et ses territoires*, Paris, Gallimard, 1990.
- Sampaio, José A. L. e Carvalho, Maria Rosário G. de. *Parecer sobre o estatuto histórico-legal das áreas indígenas Pataxó do Extremo Sul da Bahia*, Anai, Salvador, 1992.
- Santiago Jorge P., Hebrard, Véronique : Conflictos y ciudad: para un análisis antropológico y histórico. *II° Congreso Europeo de Latinoamericanistas de Ceisal* Simpósio apresentado pelo Espace Nouveaux Mondes (Universidade de La Rochelle) e o REDIAL : La ville latino-américaine, une histoire en construction : nouveaux objets, nouveaux enjeux. Halle (Alemanha), 4-9 setembro 1998c.
- Santiago, Jorge P. *A antropologia nas ruas da cidade. Espaços de renegociação das hierarquias e de dramatização dos conflitos*. Florianópolis, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (Teoria antropológica), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1998a, 60 p.
- Santiago, Jorge P. Conflictos y advenimiento de lo urbano en una ciudad brasileña. *II° Congreso Europeo de Latinoamericanistas de Ceisal* Simpósio apresentado pelo Espace Nouveaux Mondes (Universidade de La Rochelle) e o REDIAL : La ville latino-américaine, une histoire en construction : nouveaux objets, nouveaux enjeux. Halle (Alemanha), 4-9 setembro 1998b.
- Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças, cientistas, instituições e Questão racial no Brasil, 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*, São Paulo, T. A. Queiroz, Edusp, 1984.

- Silva, Patrícia Sampaio. Le symbole et ses diverses résonances : analyse de l'historiographie du cangaço. *Histoire et Sociétés de l'Amérique latine*, n° 4, Paris, Aleph/Université de Paris VII-Denis Diderot, mai 1996, pp.241-254.
- Silva, Patrícia Sampaio. *Sur les traces de Virgolino, un Cangaceiro dit Lampião". Fragilités, violences et légalité (Brésil XIX^e-XX^e siècles)*, Thèse de Doctorat, Paris, IHEAL/Université de Paris III, 2000.
- Skidmore, Thomas. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Souza, Laura de Melo e (dir.), *História da vida privada no Brasil*, T. I, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- Stavenhagen, Rodolfo. La cuestión étnica: algunos problemas teórico-metodológicos. *Estudios Sociológicos*, X:28, 1992.
- Stavenhagen, Rodolfo. La cuestión étnica: algunos problemas teórico-metodológicos. *Estudios Sociológicos*, X:28, 1992.
- Trindade, Hégio. *La tentation fasciste au Brésil dans les années trente*, Paris, Maison des sciences de l'homme, Brasília. 1988.
- Valenzuela Marquez, Jaime. Estructuración del espacio popular en una ciudad intermedia: Curico, 1870-1900. *Historia*, vol. 25, Santiago, 1990.
- Wagley, Charles, (ed.). *Races et classes dans le Brésil rural*, Paris, Unesco, 1952.